



SABERES TRADICIONAIS E RELAÇÕES INTERCULTURAIS DO POVO INDÍGENA KRAHÔ

TRADITIONAL KNOWLEDGE AND INTERCULTURAL RELATIONS OF KRAHÔ INDIGENOUS PEOPLE

Francisco Edwiges Albuquerque

Francinaldo Freitas Leite

Hiasmym de Carvalho Castro

Universidade Federal do Tocantins - UFT

Resumo

Este estudo teve como objetivo verificar quais as consequências da globalização na preservação dos saberes tradicionais do povo indígena Krahô. O primeiro contato de não indígenas com os Krahô ocorreu há 200 anos. Os Krahô ocupam um território da região nordeste do estado do Tocantins e, em virtude dos vários conflitos com pecuaristas e agricultores, os processos de desterritorialização e reterritorialização têm sido uma constante para suas aldeias. O povo Krahô possui uma riqueza imensurável em se tratando de patrimônio cultural, que se revela por meio de seus ritos, das suas danças, de seus mitos, de seu artesanato e da sua cosmologia. Podemos definir como globalização o processo de integração econômica, social, cultural e política. As aldeias Krahô também já sofrem as consequências da globalização, por essa razão acreditamos que a interculturalidade pode promover a integração e favorecer um ambiente de justiça social.

Palavras-chave: Saberes Tradicionais, Território, Interculturalidade.

Abstract

This study aims at verifying the consequences of globalization in the preservation of traditional knowledge of Krahô indigenous people. Their first contact with non indigenous people occurred 200 years ago. Krahô people live in a territory in the northeast region of Tocantins state and due to various conflicts with cattle ranchers and farmers, the processes of deterritorialization and reterritorialization have been a constant experience for them. They possess an immeasurable wealth concerning their cultural patrimony, which is revealed through their rites, dances, myths, crafts and cosmology. We can define as globalization the process of economic, social, cultural and political integration. Krahô villages also suffer from the consequences of globalization, so we believe that interculturality can promote integration and foster an environment of social justice.

Keywords: Traditional Knowledge, Territory, Interculturality.



Introdução

Existem diferentes teorias sobre a chegada dos povos nativos nas Américas, embora haja um consenso por parte de alguns historiadores de que as migrações ocorreram através do estreito de Bering, há cerca de 12 mil anos, de acordo com Guidon (2002), existem evidências de que os grupos humanos podem ter chegado nessa região muito antes, tanto por via terrestre como por via marítima há 30 mil anos.

Para este estudo, nos delimitamos a estudar os povos indígenas, especificamente o povo Krahô, que pertencem às tribos Timbira, que habitam uma região compreendida entre os estados do Tocantins e Maranhão e que estão linguisticamente caracterizados como da família Macro-Jê. (URBAN, 2002)

É considerado um marco que divide a pré-história da história Krahô o primeiro contato com não índios que se iniciou há cerca de 200 anos e, ao longo desse período, esse povo vem sofrendo investidas por parte dos colonizadores europeus que invadiram seu território com o objetivo de explorar os recursos naturais, sobretudo por duas frentes, a criação de gado e as plantações, transformando o território indígena Krahô em uma zona de conflito que já vitimou dezenas de pessoas.

De acordo com Saquet (2009), o território significa pensamento, relações sociais, relações cósmicas e naturais e psicossociais. Por essa razão, ao ser desterritorializado, o povo Krahô perde sua ligação com o chão, tendo como consequência uma reterritorialização, que na maioria das vezes é traumática.

O povo Krahô possui uma riqueza imensurável em se tratando de patrimônio cultural, que se expressa na sabedoria de seus ritos, das suas danças, de seus mitos, de seu artesanato e da sua cosmologia, são saberes tradicionais que fazem parte de seu reconhecimento como pertencente a uma “nação” de cultura milenar.

Entendemos que o processo de integração econômica, social, cultural e política que tem ocasionado transformações cada vez mais acentuadas e cada vez mais rápidas



nas sociedades modernas, o qual conhecemos como globalização, vem interligando todo o planeta em uma grande aldeia global. Diante desses acontecimentos, este estudo bibliográfico e etnográfico se propõe a discutir a respeito das consequências da globalização para a preservação e/ou degradação dos saberes tradicionais dos povos indígenas, como também refletir sobre as relações multiculturais e interculturais nas aldeias Krahô.

1. Territorialidade e Historicidade do Povo Krahô

As origens dos primeiros povos das américas são motivo de questionamentos por parte de especialistas. Entretanto parece haver um consenso de que as migrações pré-colombianas foram através do estreito de Bering, situado entre o extremo mais oriental do continente asiático (Cabo Dezhnev, RUS) e o extremo mais ocidental do continente americano (Alasca, EUA), há cerca de 30 mil anos, sendo que na América do Sul, as migrações ocorreram por volta de 12 mil anos atrás (GUIDON, 2002).

Entretanto, é preciso considerar que existem outras teorias que consideram as possibilidades da chegada de diversos grupos humanos à América por diferentes vias de acesso, tanto marítimas, como terrestres. Achados arqueológicos de ossos de animais fossilizados na região central da Bahia (BRA), com marcas feitas por homem, da ordem de 300 mil anos de história; indícios da presença humana em Minas Gerais no período Pleistoceno¹ com datação de 25 a 12 mil anos; sítios arqueológicos nos estados de São Paulo, Goiás e Piauí com datas de até 40 mil anos, todos confirmando que o homem colonizou as terras brasileiras muito antes que a teoria do estreito de Bering. (GUIDON, 2002, p. 37).

¹ Na escala de tempo geológico, o Plistoceno ou Pleistoceno está compreendido entre 2,588 milhões e 11,5 mil anos atrás.

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



Uma outra abordagem para compreender a história dos povos pré-históricos do Brasil é através do estudo da língua, dessa maneira, algumas hipóteses são levantadas por Greg Urban (2002), em *História da Cultura Brasileira Segundo as Línguas Nativas*, seus estudos em linguística comparativa, que se propõem a construir uma “árvore genealógica” de uma família linguística. Segundo seus estudos, no Brasil, existem quatro grandes grupos linguísticos, são eles: Akawak, Karib, Tupi e Jê; e vários outros grupos espalhados em diferentes áreas geográficas: Chapakura, Guaykuru, Katukina, Maku, Mura, Nambikwara, Pano, Tukano e Yanomani.

Nesta pesquisa, delimitamo-nos a estudar o povo Krahô, pertencente aos Timbiras, que estão hoje situados nos estados do Pará, Maranhão e Tocantins, segundo o CTI² (Centro de Trabalho Indigenista), atualmente, são representados pelos Apinayé, Krahô, Krikati, Gavião Pykobjê, Gavião Parkatejê, Canela Apanjekra, Canela Ramkokamekra, Krepynkatejê e Krênjê. Para Nimuendajú (2001), esses povos são linguisticamente caracterizados como da família Jê. De acordo com os estudos de Greg Urban (2002), o *habitat* do grupo central Jê situava-se no planalto brasileiro e sua radiação teria iniciado a cerca de três mil anos atrás, entre os rios São Francisco e Araguaia.

Esses movimentos migratórios utilizados pelos povos nativos das Américas são muito presentes historicamente e continuam a acontecer nos dias atuais nas sociedades modernas, essas iniciativas sempre tiveram objetivos políticos, econômicos, naturais e culturais, e são definidos por fatores relacionados ao conceito de território. Para compreender melhor essa temática, alguns autores problematizam os termos territorialidade, desterritorialidade e reterritorialidade (T-D-R), a exemplo de Marcos Aurélio Saquet (2009), que refletindo sobre diferentes *Abordagens e Concepções de*

² O Centro de Trabalho Indigenista – CTI é uma associação sem fins lucrativos, que atua em Terras Indígenas inseridas nos Biomas Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica. Suas linhas de ação: Controle territorial e gestão ambiental, Ações de formação e referência cultural.



Território, utilizou Rasffestin (1993) para distinguir espaço geográfico e território: “A matéria (ou substância), encontrando-se na superfície da terra ou acessível a partir dela, é assimilável a um ‘dado’, pois preexiste a toda ação humana. Nesse sentido equivale a espaço” (RAFFESTIN, 1993 citado por SAQUET, 2009, p. 78). O conceito de espaço dessa maneira é superficial, uma vez que ele passa a ser apenas palco, receptor de ações, substrato. Saquet (2009) ainda acrescenta a contribuição de Claude Raffestin para que a natureza seja entendida como elemento presente no território, porque quando um espaço geográfico é palco de interações sociais, ele também ganha status de território: “A dimensão de uma malha nunca é – ou quase nunca – aleatória, pois cristaliza todo um conjunto de fatores, dos quais uns são físicos, outros humanos: econômicos, políticos, sociais e/ou culturais” (1993 apud SAQUET, 2009, p. 78).

Dando continuidade a seus argumentos, Saquet (2009), agora com base nas reflexões de Gilles Deleuze e Félix Guattari (1992), que afirmam que “o hominídeo, ao arrancar sua pata para anterior ao chão, está *desterritorializando-a* e, ao fazer dela sua mão, a *reterritorializa* sobre galhos”, explica que o território aparece como a ligação ao chão, enraizamento, anexação, fixação, natureza não transformada e a reterritorialização, como mudança, transformação, separação, desligamento (SAQUET, 2009).

O território também significa pensamento, relações sociais e mesmo cósmicas, naturais, psicossociais, desterritorialização e territorialização, especialmente, no nível do pensamento. Ficam evidentes, também, aspectos da economia (capital), da cultura (conhecimento) e da política (Estado) tratados no plano filosófico, o que inspirará outras abordagens teórico-metodológicas e/ou vinculadas aos processos de T-D-R e manifestações simbólico-culturais e políticas efetivadas na vida cotidiana. (SAQUET, 2009, p.120)

Essas abordagens sobre o estudo do conceito de território vêm a contribuir para a compreensão dos contextos indígenas, povos tradicionais que vivenciaram e vivenciam constantemente situações de desterritorialidades e, conseqüentemente, reterritorialidades. Seja por motivações político-econômicas, quando a imposição do poder de grupos

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



dominantes indígenas ou não indígenas os obrigam a se deslocar e abandonar territórios que ocupam, às vezes, por séculos; ou por questões ambientais, quando a escassez de recursos naturais dificulta atividades do cotidiano relacionadas com a sobrevivência, como água potável, caça, pesca e impossibilidade de atividades agrícolas; também, por questões culturais peculiares à alguns grupos étnicos, a exemplo de etnias nômades.

Entretanto, independente das razões pelas quais uma comunidade indígena é repelida para outra área geográfica, ela acaba por entrar em conflito com o vínculo afetivo que foi construído por intermédio das experiências com o espaço, o tempo e o lugar. É o sentimento de pertencimento ao lugar, o sentido de pátria. Segundo Yi-Fu Tuan (1983, p.171), a afeição pela pátria parece estar presente em todos os povos:

Esta profunda afeição pela pátria parecer ser um fenômeno mundial. Não está limitada a nenhuma cultura e economia em especial. É conhecida de povos letrados e pré-letrados, de caçadores-coletores e agricultores sedentários, assim como dos habitantes da cidade. A cidade ou terra é vista como mãe e nutriz; o lugar é um arquivo de lembranças afetivas e realizações esplêndidas que inspiram o presente; o lugar é permanente e por isso tranquiliza o homem que vê fraqueza em si mesmo e chance e movimento em toda parte. (TUAN, 1983, p.171)

De acordo com Melatti (1970), a história do povo Krahô começa quando entra em contato pacífico com os não indígenas, na região de fronteira interestadual entre o Maranhão e o Tocantins, nas áreas adjacentes aos rios Tocantins, Farinha, Alto-Itapecuru, Parnaíba, Perdido e Sono. Dentro dessa área, durante 200 anos os Krahô vêm sendo submetidos a um processo de desterritorialização e reterritorialização constante. A exploração econômica, tendo como base investimentos na agricultura e na pecuária, historicamente, tem trazido consequências drásticas para esse povo. Melatti relata que ainda em 1755 fora criada a “Companhia Geral do comércio do Maranhão e do Grão-Pará” com o objetivo de estimular a agricultura através da oferta de crédito, escravos africanos e ferramentas, esse incentivo fomentou o plantio do algodão, arroz branco na



região de Carolina (MA). Essa iniciativa intensificou ainda mais os investimentos nos territórios dos povos indígenas Krahô.

Outra frente de desenvolvimento econômico da região, mas que trouxe um impacto negativo ao território Krahô, foi a frente pastoril. O gado que foi introduzido na Bahia e em Pernambuco no século XVI tinha como principal consumidor a indústria do açúcar, porque a força do boi que impulsionava os carros de tração animal que movimentavam as canas nos engenhos se transformava também na carne que alimentava os escravos. Todavia, os produtores não aceitavam esses animais perto de suas lavouras, temendo prejuízos e preferiam enviá-los para ser criados em lugares distantes, de preferência em lugares impróprios para lavoura como a região do cerrado (MELATTI, 1970).

Essa movimentação de interesse acabou por criar um ambiente de conflito entre fazendeiros e indígenas de todas as etnias que povoavam as regiões norte e nordeste do país. Sobre esse assunto, o Capitão Francisco de Paula Ribeiro descreve o clima hostil da região durante sua viagem como “comissário do governador”, nos limites das capitanias do Maranhão e de “Goiaz” [*sic.*] em 1815:

Habitam elles todos os campos que se acham entre a ribeira da Farinha e a povoação de S. Pedro de Alcantara, desde a foz do rio d’aquelle nome até á do rio Manoel Alves Grande, e divididos em três grandes aldeas ou povoações, são os mais poderosos de todos os que até aqui vão notados, e tímidos de todos os outros índios visinhos. Depois d’aquella sua redução, a vem dizer somente no nome, se nos têm conservado fieis, e são os primeiros a denunciar qualquer das outras nações que fomenta a juração contra nós: em nossa defesa têm eles apparecido muitas vezes, serviços de que assaz se pagam fazendo nos gados das nossas ribeiras de Lapa, Balsas e Farinha, todos os roubos que podem, e também nas lavouras de mantimentos; o que põe muitas vezes os habitantes nas circumstancias de romper com eles, apezar da sua justificação de inocentes, pois que todas essas ladroeiras fazem o mais escondido que lhes é possível, e se desculpam com os outros Timbiras confinantes. A lembrança porém dos pesadíssimos males que em outro tempo a sua guerra fez sentir áquellas ribeiras, que em consequência d’ellas, despovoaram propriedades inteiras, perdendo a vida de muitos dos seus habitantes, faz com que muitos vezes se tenha eles dissimulado. [*sic.*] (RIBEIRO, 1970. p. 47)



Esse fragmento de texto de Francisco de Paula Ribeiro (1970), um militar português a serviço da coroa, está redigido em português da época, no qual estão contidas informações importantes para o entendimento do contexto histórico. Primeiro porque ao estabelecer um espaço geográfico entre os municípios de Carolina (MA) e Goiatins (TO)³, vemos que esta é a área adjacente ao que compreende hoje a Terra Indígena⁴ (T.I) Krahôlândia⁵.

Outra informação observável na citação acima é o uso das palavras “poderosos” e “temidos”, referindo-se ao povo Timbira. Suas impressões deixam uma sensação de medo e imprevisibilidade das reações por parte de uma tribo guerreira ao interagir com um representante da coroa portuguesa e sua agressiva política de colonização. Seria a imponência dos Timbira sobre as outras etnias indígenas que viria a se confirmar pela capacidade de guerrear e de morrer em combate, se fosse preciso. O experiente Capitão português se ver dividido em sentimentos que se contradizem, ora confia na lealdade da proteção oferecida, ora acusa os indígenas de praticar roubo de gado. De repente, essa citação nos põe diante de uma relação conflituosa de proteção, adicionada ao medo e à desconfiança.

Em 1848, foi enviado a catequizar os povos Krahô e Xerente, o Frei Rafael de Taggia, que criou o aldeamento de Pedro Afonso. Além da conversão dos indígenas em religiosos católicos, o objetivo da missão era afastar os Krahô de seu território e assim atender aos interesses dos sertanejos. Nos anos que se seguiram, vários representantes

³ S. Pedro de Alcantara atualmente é a cidade de Carolina no Maranhão, o rio Farinha fica à 50 km, enquanto que o rio Manoel Alves Grande passa pelas cidades tocantinenses de Itacajá e Goiatins, na terra indígena Krahôlândia.

⁴ De acordo com a Constituição Federal de 1988, as Terras Indígenas são “territórios de ocupação tradicional”, são bens da União, sendo reconhecidos aos índios a posse permanente e o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes. Informações no site: De olho nas Terras Indígenas. <http://ti.socioambiental.org/terras-indigenas/brasil#!/brasil/>

⁵ Atualmente a Terra Indígena Krahôlândia está dividida em 29 aldeias e sua população, segundo estatística de 20013, é de 2.800 habitantes. Fonte Siasi/Sesai.



religiosos vieram a cumprir esses papéis. Ao passar dos tempos, as alianças entre povos indígenas e não índios já não necessitavam de intervenções e os Krahô começaram a viajar para outras terras e centros populacionais, o que se tornou um costume presente até os dias atuais (MELATTI, 2009).

No ano de 1940, um massacre foi orquestrado por dois fazendeiros, que atacaram duas aldeias Krahô e assassinaram 23 (vinte três) indígenas. Um deles chegou a relatar que ofereceu uma rês para que eles realizassem suas festividades, com o objetivo de que muitos estivessem reunidos na emboscada. A notícia dessa chacina provocou comoção e indignação por parte daqueles que não se beneficiavam da exploração dos povos tradicionais do país, e culminou na condenação dos acusados, na instalação do Serviço de Proteção aos Índios (S.P.I) na comunidade e, em 1944, num decreto de lei, que cedeu uma área de 302 hectares para o povo Krahô. Entretanto, esse conjunto de benefícios “não significou, como se era de esperar, o fim da tensão entre índios e criadores”. (MELATTI, 2009. p. 28).

2. Saberes Tradicionais e Identidade Cultural do Povo Krahô

Para iniciarmos nossa discussão neste tópico, vamos entender o que seriam esses “saberes”, antes tomando como base o que podemos compreender como “povos tradicionais”. O artigo 3º, do decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, dispõe que povos ou comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição⁶.

⁶ O Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). Segundo seu Art. 2º, o objetivo da PNPCT é promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento,

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



Ao longo de seu desenvolvimento enquanto grupo social, os povos tradicionais acumularam um vasto conhecimento, geralmente, adquirido mediante a sua interação com o meio ambiente, com os recursos naturais e com o patrimônio cultural que construíram ao longo dos tempos.

Ao nos valermos do termo “saberes tradicionais”, é importante ressaltarmos que esse conhecimento a que nos referimos não pode ser entendido como um conhecimento “primitivo”, no sentido de ultrapassado ou de inferior qualidade, mas devemos reconhecer o legado desse patrimônio para as futuras gerações, que apenas quando considerada sua função em relação aos valores sociais da comunidade que o desenvolveu, podemos observar com clareza seu alto grau de desenvolvimento tecnológico.

Se compreendermos o patrimônio cultural de um povo como a representação de sua riqueza imaterial e de seu modo de existir, poderemos então afirmar que os saberes dos povos tradicionais são a representação da identidade de sua cultura? Refletindo sobre essa indagação, chegamos à introdução na discussão do termo “identidade cultural”, o que ressalta a necessidade de compreendermos melhor a palavra “cultura”, que vimos usando desde o início do texto, mas que ainda não discutimos seu significado e, concomitantemente, a sua relação com a “identidade”.

Segundo Barrio (2005), a palavra “cultura” foi utilizada pela primeira vez numa concepção etnológica por Edward Tyler, que afirma que “é todo complexo que inclui conhecimento, crenças, arte, lei, moral, costumes e qualquer outra capacidade e hábito adquirido pelo homem como membro da sociedade” (BARRIO, 2007. p. 28).

Para explicar a origem da cultura, o antropólogo americano Leslie White (1955), citado por Laraia (2001), observa que a passagem do estado animal para o humano ocorre quando o cérebro do homem foi capaz de gerar símbolos: É o exercício da faculdade de

fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições.

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



simbolização que cria a cultura, e o uso de símbolos que torna possível a sua perpetuação. Sem o símbolo não haveria cultura, e o homem seria apenas animal, não um ser humano. “O comportamento humano é o comportamento simbólico.” (LARAIA, 2001. p.29)

De acordo com Barrio (2005), os animais irracionais aprendem por tentativa-erro ou por imitação, com essa forma de aprendizagem, não podem ampliar muitas experiências que possam ser compartilhadas com seus descendentes. O ser humano, pelo contrário, conta com a capacidade de simbolização que lhe permite evocar ações e objetos através da substituição da realidade em significantes e dessa maneira, mediante o símbolo, acumula saberes, experiências, normas etc. Barrio ainda generaliza o conceito de cultura baseado no pensamento de Kluckhohn e Hoebel⁷ em seus tratados de antropologia: “um sistema integrado de padrões de conduta aprendidos e transmitidos de uma geração a outra, característicos de um grupo humano ou sociedade” (BARRIO, 2005, p.28-29).

Sobre identidade cultural, é importante utilizarmos essa terminologia com algumas considerações sobre seu uso. Santos (1994) chama atenção para o fato de que quem faz a pergunta sobre sua identidade questiona as referências hegemônicas, colocando-se na posição do outro. Para responder sobre identidade, é preciso entender quem pergunta, para quem ela está sendo usada, em que condições, contra quem, a favor de quem, a que propósito e com que resultados, porque ela traz consigo o enfrentamento entre o próprio e o alheio, o individual e o coletivo, a tradição e a modernidade.

Quando alguém pergunta se o outro é “índio”, aplicando o que foi explicado acima por Boaventura de Souza Santos (1994), está se posicionando numa relação entre dominador e dominado, porque ao generalizar a identidade representada pela palavra “índio”, ele reproduz o que a sociedade colonizadora ocidental impõe como sendo uma

⁷ KLUCKHOHN, C. Antropología, FCE (México. 1971)33-48. E HOEBEL, La antropología: el estudio del hombre. Omega (BARCELONA. 1973).

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



categoria de ser humano que se encaixa em sua descrição ou concepção do que seja “índio”, desconsiderando o fato de que cada grupo étnico faz parte de um povo com aspectos culturais, linguísticos e sociais próprios e independentes.

Por esse motivo que o processo de construção de uma identidade cultural é uma dinâmica relacional de identificação e diferenciação, conseqüentemente uma relação de crise entre identidade e alteridade.

Concentrando as atenções no processo de construção das identidades vemos que o sentimento de pertencimento a um povo, a uma cultura, nacionalidade, região, religião, grupo, ou a outra forma de identidade cultural, quase sempre, significou o não pertencer a outro. Na verdade, a identidade cultural se faz, indubitavelmente, na alteridade. Na perspectiva da ideia de alteridade (ou outridade) todo ser social interage e é interdependente de outros seres sociais. (DOS SANTOS, 2001, p.145)

Albuquerque (2014) explica que cada povo indígena possui tradições culturais próprias, que se revelam em uma história particular, além de possuir práticas e conhecimentos únicos. Essa é a razão pela qual devemos ter consciência de o quanto é importante a quebra do paradigma de entendimento que a sociedade colonizadora possuía sobre as populações nativas como sendo incapazes, passando-se agora para a compreensão dessas populações enquanto sujeitos históricos capazes de assumir seus destinos e defenderem seus direitos de existência como povos detentores de culturas diferenciadas.

Diante do discutido acima, podemos considerar para este estudo que o conceito de construção de identidade cultural de um povo está relacionado ao seu sentimento de pertencimento a uma nação, para uma comunidade indígena Krahô, é no cotidiano da aldeia que a expressão cultural é representada através dos seus ritos, pelo relato dos seus mitos, pela comemoração de festas, pela participação em jogos, pela simbologia das cores pintadas em seus corpos e no artesanato, na organização social e cosmológica, na expressão da língua materna e pela história de luta pela sobrevivência.



Bezerra de Freitas (2001), em seu artigo “Ser ou não ser Mehin”, explica o porquê dos Krahô se autodenominarem “Mehin”, que significaria “nós mesmos” ou “nossa carne” na língua portuguesa. Para a nomenclatura “Krahô”, que teria surgido mediante o contato com outras etnias indígenas, tem duas possíveis traduções: Krá (paca) e Hõ (pelo), ou seja, “Cabelo de paca” e, Ikrá (filho) e Hõ (folha), “Filhos das folhas”.

Podemos compreender a maneira como o povo Krahô se autodenomina “Mehin” como o reconhecimento de sua própria identidade, esses sentidos de nação estão presentes nas suas narrativas, nas memórias que conectam o presente ao seu passado e nas imagens que delas foram construídas. “As culturas nacionais, não são compostas apenas por instituições culturais, mas também de símbolos e representações” (HALL, 2006, p.50).

3. Consequências da Globalização no contexto Indígena Krahô

O ritmo com que a aproximação entre as fronteiras está se acentuando desde os anos 1970 está afetando a vida social em todas as nações do mundo, é o processo conhecido como globalização que atua de forma drástica sobre as minorias étnicas, muitas vezes contribuindo para extinções precoce de povos tradicionais. Sobre esse processo, Stuart Hall (2006) examina as possíveis consequências da globalização e, valendo-nos de suas reflexões, podemos relacioná-las com os fenômenos sociais da “pós-modernidade” no contexto indígena Krahô.

A primeira asserção evidenciada por Hall (2006) aborda as identidades nacionais, que estão se desintegrando como resultado do crescimento da homogeneização cultural. Surge então a preocupação com a preservação dos saberes tradicionais dos povos indígenas, porque é sabido que o etnocídio⁸ é uma realidade bem presente para vários

⁸ Destruição da cultura de um povo, "o outro" (o colonizado), levada a cabo pela imposição da cultura de um povo dominante, "o eu" (o colonizador), etnocêntrico, para quem os padrões culturais e sociais em que cresceu são os verdadeiros e os do "outro" são um desvio à norma. Como, por exemplo, a destruição da cultura dos nativos americanos. [http://www.infopedia.pt/\\$etnocidio](http://www.infopedia.pt/$etnocidio)

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



povos indígenas do Brasil, povos que já não existem e povos que em seu cotidiano já não praticam suas atividades tradicionais, nem conhecem o idioma de seus pais e ancestrais. O povo Krahô é um dos poucos que preservam seu idioma. As crianças são monolíngues, entre eles, utiliza-se somente seu próprio idioma, mesmo os indígenas alfabetizados em língua portuguesa, ainda é perceptível seus lapsos de concordância e pronúncia.

Para manter preservado o patrimônio imaterial de uma comunidade indígena como os Krahô, que já experimentam um ambiente multicultural, são necessários esforços e iniciativas por parte das pessoas da comunidade, como também a intervenção não indígena por intermédio de instituições que ofereçam apoio técnico. Nessa perspectiva, o Laboratório de Línguas Indígenas (LALI) da Universidade Federal do Tocantins, apoiado pelo programa Observatório da Educação⁹, sob a coordenação do Prof. Dr. Francisco Edviges Albuquerque, realiza um trabalho de preservação da língua Krahô, através da construção de livros didáticos e apoio educacional para essa comunidade, a exemplo do livro “Arte e Cultura do Povo Krahô, em que Albuquerque, juntamente com alunos e professores da Aldeia Manoel Alves, relaciona as atividades realizadas nas aldeias: Festas - Paparuto grande, Kwÿrti, Festa da batata, Plantar milho, Festa de Têre, Festa da pensão, Ahpynre, Pàrtere, Ahpynre, Catãmti, Catyti Jô, Amjîkîñ; Mitos e Narrativas -Tokàhnã , O Macaco e o Jabuti, Um Homem Guerreiro sem medo: Hecahô, A Onça e o menino, A História de Hôhpore, Hitôhkrere, Awkê, A Mulher Estrela; Artesantos - cabaça, cofo, mocó maracá, miçanga, flecha, cabacinha, cuia, cinto, borduna, vassoura, cocar, a trança, maraca, pulceira, buzina, machadinha, lança, abano, espanador, arco e flecha, tapiti. Perceba que muitas das atividades não têm sequer um nome em português.

⁹O projeto “A Educação Escolar Indígena Krahô Bilingue e Intercultural” mantém convênio entre o Campus Universitário de Araguaína (UFT/ SEDUC) e Coordenação de Educação Indígena da FUNAI/Palmas, e é apoiado pelo Programa do Observatório da Educação/UFT/CAPES/INEP.

<http://www.uft.edu.br/lali/index.php?pagina=paginas/content&paginaContent=Hist%C3%B3rico&idMenu=8>

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



O povo Krahô apresenta simplicidade na arquitetura das suas casas, mas ainda possuem uma certa complexidade na sua organização social. Nimuendaju (2001) explica que divisão ritualista da aldeia em duas metades “Katamyê” e “Wakmeyê”, é um exemplo. Essa dualidade determina todos os ritos, como as corridas com a “Tora”, um ritual com características esportivas e de preparação guerreira, assim como toda a organização social. O partido Katameyê corresponde ao verão, ao sol, ao claro, ao vertical, enquanto o Wakmeyê é a metade do inverno, da lua e do horizontal. São as cores que serão pintadas nos corpos de seus guerreiros que disputarão jogos, danças, e outros ritos. Além da administração da aldeia que obedece ao calendário étnico, a qual no verão será governada pelo Katameyê e no inverno pelo Wakmeyê.

Esses são apenas alguns exemplos do que hoje ainda podemos encontrar numa aldeia Krahô. Entretanto, o desenvolvimento de cidades próximas, como Itacajá (TO), o crescimento desordenado de plantações de soja que vem ganhando força na região que faz parte do Matopiba¹⁰, o desmatamento e as queimadas que destroem os recursos naturais da Terra Indígena, a poluição do rio Manoel Alves, juntamente com o fluxo de indígenas Krahô que frequentam essas cidades e estão expostos às mesmas situações de violência social comuns aos não índios, são fatores que causam preocupação aos militantes das minorias étnicas, assim como as lideranças Krahô. Por outro lado, muitos benefícios sociais têm chegado às aldeias, a exemplo da Aldeia Manoel Alves, onde já existe escola, estão instalando um posto de saúde e energia elétrica. É possível observar na aldeia uma movimentação de motos, carros, bicicletas, celulares sendo manuseados

¹⁰ A expressão MATOPIBA resulta de um acrônimo criado com as iniciais dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Essa expressão designa uma realidade geográfica que recobre parcialmente os quatro estados mencionados, caracterizada pela expansão de uma fronteira agrícola baseada em tecnologias modernas de alta produtividade.

<https://www.embrapa.br/gite/projetos/matopiba/index.html>



inclusive por crianças, computador e outras formas de tecnologia, que demonstram claramente que o ambiente tem consistentes relações multiculturais.

Voltando aos argumentos de Stuart Hall (2006), temos a segunda asserção, que afirma que as identidades nacionais e outras identidades “locais” ou particularistas estão sendo reforçadas pela resistência à globalização.

O surgimento de associações e organizações comunitárias que trabalham em prol dos povos indígenas, além de diversos tratados, declarações e convênios¹¹, instituições como a própria Fundação Nacional do Índio (FUNAI) com programas e projetos de assistência, mesmo que nem sempre apresentem resultados satisfatórios, movimentos e manifestações de povos indígenas reivindicando seus direitos são exemplos da resistência contra o processo imposto pela globalização e da sociedade capitalista.

Em 2015, um grandioso evento veio a confirmar que existe o interesse de uma parte da sociedade em valorizar a cultura indígena, o I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas (JMPI), que aconteceu em 2015 em Palmas (TO). De acordo com Tenório e Franzin (2015), o evento teve a presença de mais de 1,8 mil atletas, de 24 etnias e 23 países, concomitantemente foi realizado o Festival Internacional da Cultura Indígena, no qual foram apresentadas danças e costumes; o Fórum Social e Feira Internacional de Artesanato; e a Feira Nacional de Agricultura Tradicional Indígena; ainda fóruns com discussões com palestrantes sobre temáticas relacionadas a causa indígena, conforme programação divulgada pelo *site* I Jogos dos Povos Indígenas Brasil 2015¹². Um marco

¹¹ A exemplos: Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU,1948), Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais da Organização Internacional do Trabalho – (OIT) – das Nações Unidas (ONU,1989), Convenção sobre Prevenção e Sanção do Genocídio (ONU,1948), Declaração Universal sobre Diversidade Cultural da UNESCO(UNESCO,2001), Convenção de Paris sobre Proteção do Patrimônio Intangível (UNESCO,2003), Diretrizes de Proteção para os Povos Indígenas Isolados e Contato Inicial da Região Amazônica, Grã Chaco e Região Oriental do Paraguai (ONU, 2012).

¹²Site dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas: <http://www.jogosmundiaisindigenas.com/> Acesso em 20/12/2015



para os JMPI foi o interesse da mídia internacional, assim como a oportunidade que não foi desperdiçada de protestos diversos que expuseram para todo mundo os problemas dos povos indígenas do Brasil. Na oportunidade da abertura dos jogos, uma liderança da etnia Xavante pediu, diretamente à Presidente Dilma Rousseff, que se posicionasse contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215, que altera as regras para a demarcação das terras indígenas. Diante da mobilização de indígenas e de forte apelo por parte da sociedade, a proposta que dificulta a demarcação de Terras Indígenas foi arquivada. A pauta, no entanto, ainda pode “ressuscitar” nos próximos anos.

Outro protesto que marcou o evento foi promovido pelo povo Krahô, que decidiram não participar dos JMPI. A União de Caciques Krahô enviou ao articulador dos jogos, o também indígena Carlos Terena, o ofício 03/2015, que afirma que os organizadores estão usando os povos indígenas para se promover:

Como podemos participar de um evento financiado por um governo que está promovendo o genocídio de nossos parentes Guarani-Kaiowa no Mato Grosso do Sul, e em várias regiões do país? Como podemos participar de um evento da Senadora Kátia Abreu, umas das principais responsáveis pelo o avanço do movimento anti-indígena de nosso país? (CONEXÃO TOCANTINS, 2015)

Concluindo o raciocínio de Hall (2006, p.69) sobre as possíveis consequências da globalização para as identidades culturais, no qual ele afirma que “as identidades nacionais estão em declínio, mas novas identidades-híbridas-estão tomando seu lugar”. A relação entre o tempo e o espaço está cada vez mais estreitas, enquanto nas sociedades pré-modernas as relações sociais dependiam de viagens longas e caras, nas sociedades pós-modernas o espaço pode ser “cruzado” num piscar de olhos, por um avião a jato, por satélite. Hall (2006, p.72) explica que, ao lado da tendência em direção à homogeneização global, há uma fascinação com a diferença e com a mercantilização da etnia e da alteridade. Há, juntamente com o interesse “global”, um novo interesse “local”. Assim, ao pensar o global em substituição ao local, seria mais acurado pensar uma nova articulação entre global e local.

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



Essa aproximação entre o “local” e o “global” é claramente observável no contexto indígena Krahô, que cada vez mais está sendo invadido por um mar de informações que cerca e inunda seu universo “local”, e a maneira pela qual essas informações estão sendo metabolizadas deve ser motivo de reflexão, na proporção que as percepções e impressões do não índio dominador vinculadas em livros didáticos, jornais impressos ou televisivos, em páginas da rede mundial de computadores, não são congruentes com a forma como os Krahô se veem, por vezes expostos como exóticos, anedóticos ou mesmo bizarros, além de outras interpretações distorcidas ou mal intencionadas.

Se, por um lado, nas pequenas aldeias cada família indígena está recebendo na privacidade de sua casa mensagens e imagens de culturas ricas, violentas e consumistas do ocidente, via aparelho de TV, às vezes, equipado com antena parabólica ou TV por assinatura e páginas de *internet*, sejam *blogs*, *sites* de notícias, entretenimento ou de relacionamento, por outro lado, muitas comunidades indígenas já têm acesso a diferentes canais de comunicação que podem possibilitar as novas gerações indígenas ou não indígenas a enxergar suas identidades culturais a partir de suas próprias perspectivas, através da utilização de programas de rádio comunitária, *sites* e *blogs* especializados em temáticas indígenas, desenvolvidos pela própria iniciativa de algumas etnias, que já estão disponíveis na *internet*, esses “territórios” criados vêm valorizar os saberes tradicionais e as identidades desses povos.

Um exemplo positivo que tem oportunizado o fortalecimento da identidade Krahô é o âmbito científico-educacional, a abertura para a aproximação de estudiosos, como no caso dos antropólogos Curt Nimuendajú e Júlio Cezar Melatti, que publicaram estudos sobre esses povos, respectivamente nos anos de 1946 e 1978, entre outros que se seguiram. Atualmente, o linguista Francisco Edvigés Albuquerque vem contribuindo com projetos de pesquisa e extensão e com a publicação de livros didáticos em várias

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



disciplinas para educação indígena numa perspectiva bilíngue e intercultural, além da construção de uma gramática da língua Krahô que está sendo desenvolvida.

Outros acontecimentos que podem também nos deixar otimistas são o fato de estar surgindo uma geração de acadêmicos na comunidade Krahô, muitos matriculados em cursos de graduação e pós-graduação, principalmente na área de educação, uma prova de que os incentivos do Estado, por intermédio de bolsas de estudo, cotas étnicas, assim como outras oportunidades para a comunidade, estão sendo aproveitadas como se obedecessem à mesma rota das conquistas de seu passado guerreiro.

A participação do povo Krahô em diferentes instâncias da sociedade nos remete a conceitos de “pluri” ou “multiculturalidade” e de “interculturalidade”, que ganham força nas relações entre grupos linguisticamente, socialmente e etnicamente diferenciados.

Fleuri (2003) relata que a Constituição Federal de 1988 foi um marco para a redefinição entre o Estado-brasileiro e as sociedades indígenas, assegurando direitos a uma educação específica, intercultural e bilíngue. Para alcançar esses objetivos, coube aos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) propor temas transversais como conteúdo para o ensino básico, dentre esses o tema “Pluralidade Cultural”, que se refere ao reconhecimento e a valorização de características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional, às desigualdades socioeconômicas e a crítica às relações sociais discriminatórias e excludentes (BRASIL, 1997. p.121).

Pluralidade de culturas ou multiculturas, *grosso modo*, são termos que enfatizam a importância do pertencimento cultural e da necessidade de que o Estado busque preservar e estimular o vínculo entre os indivíduos e seus grupos culturais. No entanto, esse conceito se mostra limitado quando observamos a necessidade do diálogo e a convivência entre esses grupos na modernidade, dessa maneira, o surgimento de uma abordagem intercultural se apresenta como uma necessidade de superar esse paradigma.



A interculturalidade é uma tendência compromissada com a busca de alternativas que proporcionem práticas de convivência entre culturas, superando o horizonte da tolerância às diferenças com o objetivo de transformar os processos de interação entre os povos.

O interculturalista Milton J. Bennett (2011), em visita ao Brasil, foi entrevistado pela Revista *Época* e indagado sobre “Qual a importância do interculturalismo para a sociedade moderna?”, ele mencionou o exemplo do século passado, quando o canadense Marshall McLuhan¹³ criou o termo “aldeia global”. O que ele quis dizer por “aldeia global” certamente não era que todas as pessoas se tornariam iguais umas às outras, mas que pessoas diferentes poderiam estar mais próximas e ter um maior contato uma com as outras. (REVISTA ÉPOCA, 2011.)

Para Bennett (2003), existem diferentes sentidos para palavra cultura. Quando uma pessoa assiste a produções de teatro, música, dança, ela está participando de instituições de cultura-comportamento, o qual ele chama de “cultura em larga escala”; os autores geralmente utilizam a “cultura-objetiva”, quando cultura aparece com o sentido acadêmico ao publicar em caráter social, econômico, político e linguístico. Constituindo assim a maior parte dos currículos multiculturais e internacionais, o que pode ser valioso para saber sobre uma cultura, mas incapaz de se comunicar com uma pessoa real pertencente da mesma cultura. O aspecto menos óbvio da cultura é o seu lado subjetivo, o que podemos chamar de “pequena escala”, refere-se a características psicológicas que definem um grupo de pessoas, seu pensamento do dia-a-dia e seu comportamento, em vez das “instituições” que eles criaram (BENNETT, 2003).

¹³ Herbert Marshall McLuhan (Edmonton, 21 de julho de 1911 - Toronto, 31 de dezembro de 1980) foi um destacado educador, intelectual, filósofo e teórico da comunicação canadense. Conhecido por vislumbrar a “Internet” quase trinta anos antes de ser inventada. Famoso também por sua máxima de que “O meio é a mensagem” e por ter cunhado o termo “Aldeia Global”.



Para trabalhar, estudar ou propor ações educativas numa sociedade indígena como o povo Krahô, é indispensável conhecer seus saberes e suas tradições, mas para que saíamos de uma concepção de multiculturas é preciso compreender o modo de pensar, o modo de sentir, o modo de fazer e o modo de ser Krahô. Enxergar o mundo dentro da perspectiva do outrem, esta é a dinâmica da abordagem intercultural.

4. Considerações

A Globalização está conduzindo o mundo a uma colisão cultural e étnica generalizada, de maneira que as multiculturas se aproximam por movimentos migratórios, relações cibernéticas, disputas de minorias versus exploradores e tentativas de hegemonia. Nesse cenário de desigualdade, intolerância, preconceitos e opressão, os povos indígenas já estão enfrentando as consequências desse processo, quando observamos a desintegração de suas características culturais pela homogeneização, em virtude de uma cultura ocidentalizada e dominadora.

As aldeias do povo Krahô também já sofrem as consequências da globalização, mesmo nas inter-relações necessárias para que se efetuem serviços de assistência social, saúde e educação, mas que são realizadas por não índios, até a chegada de energia elétrica e recursos tecnológicos na comunidade, que já impõe descaracterização cultural desse povo.

Diante dessa situação, a abordagem intercultural se propõe a promover a integração entre os povos, se opondo ao aparecimento de qualquer tipo de supremacia de uma cultura sobre as outras, ao mesmo tempo em que favorece a um ambiente de respeito às diferenças, de solidariedade e de justiça social.

Acreditamos que os saberes tradicionais do povo Krahô representam sua identidade cultural, e que essa nova dinâmica de relações entre grupos étnicos que está surgindo em seu favor, a interculturalidade, pode oferecer a construção de uma ponte para

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



que as futuras gerações possam usufruir do mesmo patrimônio cultural construído por seus ancestrais, ao mesmo tempo em que se reconhece que um cidadão da etnia Krahô também pode ser um cidadão da grande aldeia global.

Referências

ALBUQUERQUE, Francisco Edviges (Org.). **História Krahô**. Campinas/SP: Pontes Editores, 2014.

BARRIO, Angel-B Espina. **Manual de Antropologia Cultural**. Recife: Massangana, 2005. Disponível em:

https://www.ufpe.br/antropologia/images/documentos/publicacoes/antropologia/manual_de_antropologia_cultural_massangana.pdf

BENNETT, Milton, J. **Intercultural Communication: A Current Perspective**. In BENNETT, Milton, J. (Ed.), *Basic Concepts Of Intercultural Communication: Selected Readings*. Yarmouth, Me: Intercultural Press. 1998. Disponível em: http://www.mairstudents.info/intercultural_communication.pdf

BEZERRA DE FREITAS, Edinaldo. Ser ou Não Ser Mehin: A Etno-História Krahô. Projeto História. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 23. 2001. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10721>

BRASIL. Constituição (1988). Constituição [da] República Federativa do Brasil. Brasília: Câmara dos Deputados, 1988.

BRASIL. Decreto-lei nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. (Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 29/12/2015

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais (Educação Física). Brasília : MEC/SEF, 1997.

Conexão Tocantins. (Site jornalístico) Caciques Krahô comunicam que não participará dos jogos Indígenas. Palmas, 11 nov. 2015. Disponível em: <http://conexaoto.com.br/2015/09/11/caciques-Krahô-comunicam-que-a-etnia-nao->

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



[participara-dos-jogos-mundiais-indigenas-a-organizacao-do-evento-nao-respeita-
nosso-povo](#) Acesso em: 28/12/2015

CTI - Centro de Trabalho Indigenista/História do Programa Timbira. (Site da associação que atua em Terras Indígenas inseridas nos Biomas Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica que possui duas grandes linhas de ação: Controle territorial e gestão ambiental) Disponível em: <http://www.trabalhoindigenista.org.br/programa-timbira-historico>. Acesso em: 27/12/2015

De olho nas terras indígenas. (site com informações socioambientais das Terras Indígenas no Brasil, todas as informações disponibilizadas são realizadas pelo Programa de Monitoramento Instituto Socioambiental-ISA). Disponível em: <http://ti.socioambiental.org/pt-br/#>. Acesso em: 26/12/2015

DOS SANTOS, Luciano. As Identidades Culturais: Proposições Conceituais e Teóricas. **Revista Rascunhos Culturais**, Coxim-MS: v2 n4 141-157 jul/dez 2001. Disponível em: http://revistarascunhos.sites.ufms.br/files/2012/07/4ed_artigo_9.pdf

FLEURI, Reinaldo Matias. Intercultura e educação. **Revista Brasileira de Educação** Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. n° 23, Maio/Jun/Jul/Ago 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n23/n23a02>

GUIDON, Niéde. **As ocupações pré-históricas do Brasil (excetuando a Amazônia)**. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). História dos Índios do Brasil. São Paulo, Cia. das Letras, 1992: p. 37-52. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B0GrthcRJvuEaHo1Z2x1aHh3WVU/edit>

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

Manual de normalização: normas para elaboração de Trabalhos Acadêmicos e Científicos / Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Belo Horizonte - FACISABH. Núcleo de Graduação. - 5. ed. – Belo Horizonte: Faculdade FACISABH, 2013.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MELATTI, J. Cezar. **Índios e criadores:** a situação dos Krahô na área pastoril do Tocantins. Monografia do Instituto em Ciências Sociais. Brasília: 2009. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/69741>

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



NIMUENDAJU, Curt. A corrida de toras dos timbira. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 151-194, Oct. 2001. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132001000200008&lng=en&nrm=iso Acesso em: 30/12/2015

Revista Época. (Site jornalístico) J. Interculturalidade. Você sabe o que é?, 25 set. 2011. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI250960-15228,00-INTERCULTURALIDADE+VOCE+SABE+O+QUE+E.html>. Entrevista a Lucas HACKRADT. Acesso em: 30/12/2015

RIBEIRO, Francisco de Paula. 1870. “Roteiro da viagem que fez o Capitão Francisco de Paula Ribeiro ás fronteiras da Capitania do Maranhão e de Goyaz no anno de 1815 em serviço de S. M. Fidelissima”. **Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico Geographico Brasileiro**, Tomo X (1848); segunda edição. Rio de Janeiro. pp. 5-80. Disponível em: http://biblio.wdfiles.com/local--files/ribeiro-1848-roteiro/ribeiro_1848_roteiro.pdf

SANTOS, Boaventura de Souza. Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. **Tempo Social; Rev. Sociol. USP**, S. Paulo, 5(1-2): 31-52, 1993 (editado em nov. 1994). Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84940>

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. 1ªEd. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

TENÓRIO, Cibele; FRANZIN, Adriana. Quinze fatos marcantes sobre a primeira edição dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas. **ebc notícias do Brasil** Palmas 02 nov. 2015. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/esportes/2015/11/quinze-fatos-sobre-primeira-edicao-dos-jogos-mundias-dos-povos-indigenas> Acesso em: 28/12/2015

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

URBAN, Greg. **A História da Cultura Brasileira segundo as línguas nativas**. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. In CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **HISTÓRIA DOS ÍNDIOS NO BRASIL**. São Paulo, Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 2ª edição/1ª reimpressão, 2002, p. 90 e 92. Disponível em: <https://leiaufsc.files.wordpress.com/2013/03/1-1c-urban-g-a-histc3b3ria-da-cultura-brasileira-segundo-as-lc3adnguas-nativas.pdf>

ZAHAR, Jorge. **Cultura: Um conceito antropológico**. 14ª edição. Rio de Janeiro: 2001.

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



Sobre os autores:

Francisco Edviges Albuquerque

Mestrado em Letras e Linguística – Universidade Federal de Goiás. Doutorado em Letras – Universidade Federal Fluminense – Niterói. Pós-Doutorado em Letras e Linguística – Universidade de Brasília – UNB. Coordenador do Laboratório de Línguas Indígenas/Araguaína. Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas com Povos Indígenas-NEPPI/Araguaína. Coordenador do Programa do Observatório da Educação /UFT/CAPES - Campus de Araguaína. Coordenador do grupo de pesquisa prática em pesquisa linguística do Tocantins: perspectiva interdisciplinar e intercultural. Coordenador do grupo de pesquisa etnolinguística e cultural. E-mail: fedviges@uol.com

Francinaldo Freitas Leite

Graduado em Educação Física pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Especialista em Educação Especial pelo Instituto Brasileiro de Pós-Graduação – IBEPEX. Professor do Curso de graduação em Educação Física da FAHESA - Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde e ITPAC – Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos. Mestrando em Estudos de Cultura e Território pelo PPGCult - Programa de Pós-graduação em Cultura e Território da UFT - Universidade Federal do Tocantins - Campus Araguaína. francinaldoedf@gmail.com.br

Hiasmym de Carvalho Castro

Graduada em Direito pela Faculdade Católica Dom Orione. Aluna especial do Mestrado em Estudos de Cultura e Território pelo PPGCult - Programa de Pós-graduação em Cultura e Território da UFT - Universidade Federal do Tocantins - Campus Araguaína. hiasmymcarvalho@gmail.com

Recebido em: 25/04/2016

Aceito para publicação em: 19/05/2016